

Três propostas para uma política científica menos conservadora e de maior desenvolvimento do território

Território, interdisciplinaridade e risco científico no processo de definição estratégica da AI²



LEONEL MORGADO

MAY 06, 2026

DOI [10.5281/zenodo.20394200](https://doi.org/10.5281/zenodo.20394200).

Portugal está a definir as estratégias nacionais de investigação e inovação no âmbito da criação da nova Agência para a Investigação e Inovação, AI². De uma forma pouco praticada em Portugal, este processo está muito aberto a contributos públicos: podemos sugerir, votar, argumentar, numa plataforma de debate e votação online.

Estas estratégias vão influenciar a forma como o financiamento público de ciência e inovação será aplicado, afetando o país futuro que queremos criar. Além de definir domínios estratégicos, também dá forma e molde aos tipos de investigação que terão condições reais para se desenvolver e como.



Já muita gente contribuiu, pelo que optei por colocar três propostas que apontem para aspetos a meu ver ignorados mas muito mais transformadores do país do que os meramente administrativos. Venho aqui apelar a que colegas do ensino superior, da investigação, dos centros de I&D, das empresas e das instituições locais as lessem, comentassem e, se concordarem, as apoiassem.

As três propostas têm um ponto em comum: procuram evitar que na nova agência se reproduzam os enviesamentos do sistema atual.

Young Builders is a reader-supported publication. To receive new posts and support my work, consider becoming a free or paid subscriber.

✓ Subscribed

A primeira proposta é de articulação com o tecido socioeconómico local e regional de baixa densidade. Defende que projetos de investigação e inovação devem poder ser valorizados quando contribuem para inserir doutorados no tecido socioeconómico local e

regional de baixa densidade. Não se trata apenas de levar a ciência ao território, a lógica é de criar incentivos concretos para que empresas desses concelhos participem em projetos de I&D e desenvolvam capacidades internas, próprias, para produção de maior valor, mais diferenciadora, mais competitiva, mais transformadora do nosso país tão macrocéfalo. Ou seja, dar incentivos para que haja participação das empresas fora dos grandes centros, que envolva a criação de infraestruturas e emprego científico nesses territórios.



A segunda proposta é de criar regras e painéis próprios para propostas interdisciplinares e transdisciplinares. Aborda um problema muito conhecido por quem trabalha em zonas de interseção científica: a investigação interdisciplinar e transdisciplinar é frequentemente elogiada nos discursos estratégicos, mas depois é avaliada por painéis de financiamento organizados de forma setorial. Avaliada por regras, pessoas e tabelas, matrizes e outros instrumentos que têm a perspectiva de apenas um setor. O resultado... já todos conhecemos, é previsível e constatável: quem trabalha entre áreas científica acaba elogiado mas penalizado. As equipas são levadas a manter uma linha disciplinar clássica, para sobreviver institucionalmente, tratando a investigação

interdisciplinar como atividade lateral, quase como desvio ou devaneio, isto quando é aí que estão dos problemas científicos e sociais mais relevantes.



A terceira proposta é que haja uma percentagem pequena de financiamento reservado para propostas ousadas e de rotura. A ideia parte de uma frase simples muito referida, que parafraseio como “a lâmpada não surgiu por otimização da vela”. A avaliação científica competitiva tende a ser conservadora. Se há regras, baseiam-se no que já se faz, por isso, sendo a avaliação competente e honesta, favorece frequentemente propostas que sejam reconhecíveis, metodologias já legitimadas e trajetórias próximas do que cada área considera normal. Por isso, defendo que uma pequena percentagem do financiamento seja reservada a propostas ousadas ou de rotura, sujeitas apenas a uma verificação mínima de credibilidade, vulgo “*sanity check*”, e depois atribuída por sorteio, não por avaliação tradicional, precisamente para reduzir o viés da tradição.



Estas propostas nascem da ideia de que precisamos de critérios diferentes para obter resultados diferentes. Se queremos que todo o nosso território se desenvolva e contribua para o país, precisamos de incentivos para o seu desenvolvimento, não de esmolas. Se quando queremos mesmo que haja interdisciplinaridade, precisamos de ter painéis e regras adequados a ela. Se queremos que haja rasgos de inovação e diferença, temos de dar ar ao que ainda não está sustentado, não podemos avaliar a novidade absoluta com as métricas do passado.

Por isso, deixo-vos o convite à leitura, comentário e crítica das três propostas. E, se assim o entenderem, apoiem-nas. São detalhes, é certo. Creio, contudo, que são detalhes que podem ser mais transformadores e determinantes do que muitas parangonas habituais.

- Articulação com o tecido socioeconómico local e regional de baixa densidade
- Regras e painéis próprios para propostas interdisciplinares e transdisciplinares

- Percentagem pequena de financiamento reservado para propostas ousadas e de rotura

Young Builders is a reader-supported publication. To receive new posts and support my work, consider becoming a free or paid subscriber.

✓ **Subscribed**